

---

# Leis emergenciais da covid-19 sufocam os palestinos

Linda Maher

RELATÓRIO ESPECIAL

**MEMO**  
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece pesquisas, informações e análises, principalmente sobre o conflito entre a Palestina e Israel. Oferece, também, informativos sobre outras questões do Oriente Médio. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Oriente Médio e Norte da África.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça em toda a região, especialmente na Palestina.

MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça. Promove a restauração dos direitos palestinos, incluindo o Direito de Retorno, um Estado palestino com Jerusalém como sua capital e com a manutenção dos direitos democráticos. Defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que os formuladores de políticas sejam melhor informados, MEMO procura causar um maior impacto nos atores internacionais responsáveis pelas decisões-chave que afetam o Oriente Médio. MEMO busca uma cobertura da mídia justa e precisa sobre a Palestina e outros países do Oriente Médio.

Título: *Leis emergenciais da covid-19 sufocam os palestinos*  
Imagem de Capa: *Interpretação artística do vírus microscópico*

Publicado: Junho 2021  
Copyright © MEMO Publishers 2021  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem permissão prévia do proprietário dos direitos autorais.

Este relatório está disponível para download gratuito no site do Monitor do Oriente Médio: [www.monitordoorientem.com](http://www.monitordoorientem.com)



Monitor do Oriente Médio  
Avenida Conselheiro Carrão, 1077  
Sala 706, Vila Carrão São Paulo  
Estado de São Paulo, Brasil  
telefone: +55 (11) 2093-0599  
[www.monitordoorientem.com](http://www.monitordoorientem.com)

## Leis emergenciais da covid-19 sufocam os palestinos

### Linda Maher

Linda Maher é uma jornalista palestina, sediada em Hebron, Cisjordânia. Ela escreve frequentemente para os Repórteres Árabes pelo Jornalismo Investigativo (ARIJ).



---

# Leis emergenciais da covid-19 sufocam os palestinos

Para Abdul Nasir Saeed, as balas substituíram o tradicional canhão anunciando a hora de quebrar o jejum (Iftar) no 17º dia do Ramadan no ano passado. Agora, sempre que ele vê as Forças de Segurança Palestinas, ele é assombrado pela imagem de si mesmo prostrado no chão com o sangue escorrendo de sua cabeça.

Na manhã de 10 de maio de 2020, Abdul Nasir foi para sua fazenda leiteira em Jamaeen, uma cidade ao sul de Nablus, na Cisjordânia ocupada.

Ele passou por dois postos de controle de segurança: o primeiro foi criado pela Autoridade Palestina quando o estado de emergência foi declarado para restringir o movimento de cidadãos e limitar a propagação do covid-19; o segundo era o posto de controle Huwwara de Israel, cerca de 100 metros à frente.

Quando Abdul Nasir voltava a sua casa à tarde para levar sua família à fazenda para o Iftar, um oficial israelense o deteve e disse: “Os portões se fecharão em breve. Diga a eles [os oficiais de segurança palestinos no outro posto de controle] para abrir o portão”, a fim de liberar o engarrafamento nos postos de controle antes da hora do Iftar. Ele seguiu seu caminho depois de notificar os oficiais palestinos.

## Liberdade de movimento

Quando Abdul Nasir chegou novamente ao posto de controle, ele tinha sua família com ele e eles estavam voltando à fazenda para quebrar o jejum. As estradas estavam muito movimentadas desde a retirada do bloqueio, e a maioria das famílias palestinas foram passar algum tempo em suas fazendas e em seus jardins. Abdul Nasir estava com medo de chegar atrasado, por isso ultrapassou alguns veículos enquanto dirigia. Seu filho de 16 anos, Abdul

---

Jabbar, estava sentado ao seu lado e filmava o engarrafamento em seu telefone.

Um oficial de segurança palestino viu que o menino estava filmando. Ele o puxou para fora do carro. “Por que você está filmando?” gritou ele, empurrando-o para o lado e confiscando seu telefone. Abdul Nasir saiu do carro e disse ao oficial: “Fui eu quem instruiu meu filho a filmar o engarrafamento”. O oficial pegou sua carteira de identidade e pediu-lhe que esperasse. “Apagamos as fotos na frente dele”, explicou Abdul Nasir. “Ele me disse que as coisas não eram tão simples assim, e me pediu para ficar quieto”. Depois de esperar um pouco, Abdul Nasir lhe disse: “Desculpe-me... É o fim do dia, e eu não quero chegar atrasado ao trabalho enquanto estiver em jejum. Voltarei até você depois de Iftar”. Ele começou a se afastar enquanto os oficiais de segurança gritavam atrás dele, indo em direção ao posto de controle israelense para passar antes que fechasse.

O portão do posto de controle Huwwara estava fechado, então ele retornou ao posto de controle palestino para chegar a sua fazenda por uma estrada lateral sinuosa. Os oficiais de lá o pararam; um até lhe deu um soco.

“Neste país, nós perdemos tudo”, disse Abdul Nasir. “A única coisa que nos resta é um pouco de dignidade. Quando ele me bateu e me insultou, eu o bati de volta em autodefesa”. O oficial de segurança o tirou do carro e, com o apoio de outros guardas paramilitares palestinos, o espancou com paus e coronhas de fuzil, chutando, socando e humilhando-o.

Sua esposa e filho Abdul Jabbar intervieram para defendê-lo, mas eles também foram espancados e o spray de pimenta foi direcionado para seus olhos. A filha de Abdul Nasir de doze anos, Salsabil, seu filho de seis anos, Yaqoub, e sua filha de dois anos estavam sentados no colo de Abdul Jabbar quando todos eles foram atacados com spray de pimenta.

Quando Abdul Nasir caiu no chão no posto de controle de emergência e se rendeu, um dos paramilitares pisou em sua cabeça. “Eu não permiti que ele fizesse isso; eu me levantei, o virei de costas e me defendi”, disse Abdul

Nasir. Ele perdeu a consciência por causa da surra que recebeu, mas a cena permaneceu com ele. “O coração de uma pessoa sofre e dói porque seu próprio compatriota está tratando-o desta maneira”, disse ele a esta investigação. “A lei não lhe dá o direito de fazer isto: enquanto ele estiver usando o uniforme, ele representa a lei, não representa uma gangue ou a lei da selva”.

Após 12 dias, Abdul Nasir foi libertado sob fiança de uma prisão da AP. Seu filho foi libertado três dias depois disso. Eles foram acusados de resistir aos oficiais de segurança. Ele apresentou uma queixa junto aos Serviços de Inteligência e foi solicitado a resolver ou retirar a queixa contra os oficiais paramilitares que os atacaram se ele quisesse encerrar seu processo.

Esta investigação documentou dezesseis casos em que palestinos foram submetidos a abusos pelas forças de segurança da Autoridade Palestina durante a emergência declarada para limitar a propagação do covid-19. Isso se soma a 95 depoimentos que foram registrados nos últimos cinco meses por organizações da sociedade civil sobre pessoas que foram sujeitas a violações, incluindo 65 pessoas na Cisjordânia.

Islam Al-Tamimi é o diretor do Departamento de Treinamento, Conscientização e Advocacia da Comissão Independente de Direitos Humanos (ICHR). Ele explicou que ocorreram numerosas violações, especialmente contra a liberdade de opinião e expressão, e de reunião pacífica, durante o período de emergência. Também houve restrições à liberdade de circulação e de transporte. Ele disse que comparar o número de violações com as anteriores ao estado de emergência e pandemia não deve ser usado para indicar a realidade das violações, porque isto não reflete a situação real. Essas violações devem ser analisadas e ligadas a violações das leis de emergência devido à Covid-19.

Após o primeiro caso do coronavírus surgir na cidade de Belém, um estado de emergência foi imposto pela primeira vez na Cisjordânia, em 5 de março, e por um período de trinta dias. Desde então, o estado tem sido renovado mensalmente. A Lei Básica Palestina de 2003 revisada permite a possibilidade

de declarar o estado de emergência por um período de 30 dias, por decreto presidencial. Isso pode ser prorrogado por mais trinta dias com a aprovação de dois terços dos membros do Conselho Legislativo, o que não acontece desde que o Conselho Legislativo ficou inativo em 2007.

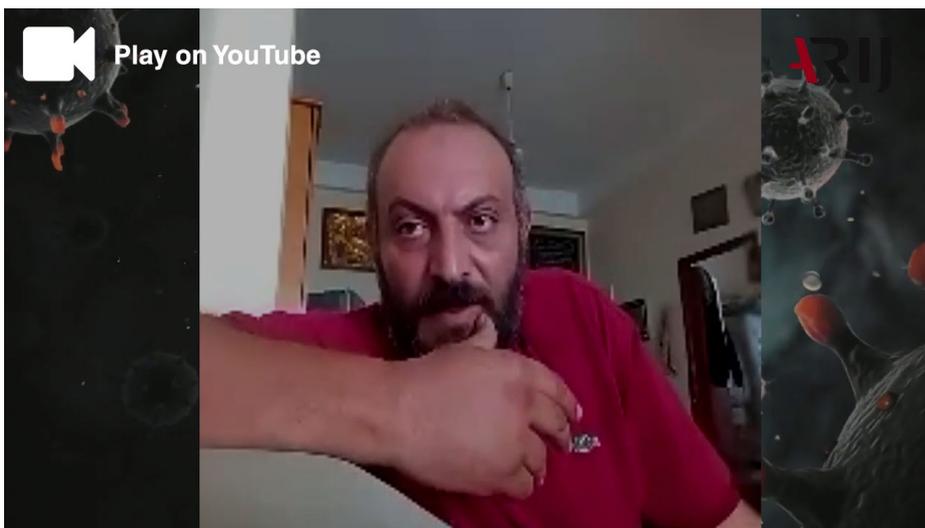
Os Advogados pela Justiça acompanharam 38 casos de prisão durante o estado de emergência que se concentraram nas regiões norte e central da Cisjordânia. De acordo com o relatório que a organização forneceu para esta investigação, os órgãos de Segurança Preventiva e de Inteligência Geral foram os perpetradores mais frequentes de violência documentada, além da detenção administrativa pela qual o governador foi responsável.



Asa'ad Qabaja : [https://www.youtube.com/watch?v=ILvWx\\_zQG-o](https://www.youtube.com/watch?v=ILvWx_zQG-o)



Samir Aasi : [https://www.youtube.com/watch?v=-zEFJ\\_HNrrE](https://www.youtube.com/watch?v=-zEFJ_HNrrE)



Abdul Nasir Saeed: [https://www.youtube.com/watch?v=RydNyZWG\\_rs](https://www.youtube.com/watch?v=RydNyZWG_rs)

Diala Ayash, da Advogados pela Justiça, salientou que a fundação registrou violações de direitos humanos durante o período pandêmico, incluindo intimações para entrevistas de segurança, prisões arbitrárias e detenções. A advogada acrescentou que os tribunais estavam abertos apenas dois

dias por semana até as 13h no início do estado de emergência. Isso levou à prorrogação das detenções e a um atraso nos procedimentos legais, incluindo ser libertado ou ser solto sob fiança. Ambos requerem um prazo de quatro dias para que a aprovação do tribunal seja concedida.

Os artigos 111 e 112 da Lei Básica Palestina de 2003 emendada estabelecem o seguinte: “Não é permitido impor restrições aos direitos e liberdades fundamentais, exceto na medida do necessário para atingir o objetivo declarado no decreto que anuncia o estado de emergência”.

Qualquer prisão resultante da declaração do estado de emergência deve estar sujeita aos seguintes requisitos mínimos: qualquer prisão realizada sob o decreto declarando estado de emergência deve ser revista pelo Procurador Geral ou pelo tribunal especializado dentro de um período não superior a quinze dias a partir da data da prisão. A pessoa presa tem o direito de nomear um advogado de sua escolha”.

A investigação obteve 60 declarações da organização de direitos humanos Al-Haq. Trinta delas vêm da Cisjordânia e trinta da Faixa de Gaza. A reportagem classificou as violações ocorridas durante os últimos cinco meses em treze tipos, como se segue:

Dados da Organização Al-Haq

Tipos de violações	Cisjordânia	Gaza
1.Violação do direito a um julgamento justo	20	36
2.Violação do direito à segurança e à segurança física contra maus-tratos	10	27
3.Violação do direito à liberdade de opinião e expressão	7	22
4.Violação do direito à liberdade	4	17
5.Violação do direito a tratamento humano na detenção	5	12
6.Violação do direito à propriedade privada	4	9
7.Violação do direito à reunião pacífica e à formação de associações	4	8
8.Violação do direito à dignidade humana	2	6
9.Violação do direito ao trabalho	4	6
10.Violação do direito à privacidade	1	4
11.Violação do direito à liberdade de circulação e de viagem	3	3
12.Violação do direito à saúde	2	2
13.Violação do direito à proteção contra o confisco de bens	0	1

---

## Fingindo ser um profissional de saúde

Na tarde de sexta-feira, 20 de março de 2020, alguém bateu na porta da casa de Asa'ad Qabaja. O filho mais velho de Asa'ad abriu a porta. Os homens à porta disseram: "Somos trabalhadores da saúde do Ministério da Saúde da Palestina, e queremos ver seu pai". Asa'ad foi até a porta, falou com eles e eles lhe pediram que os acompanhasse. Ele descobriu que eles eram membros do Serviço de Segurança Preventiva da Palestina, fazendo-se passar por trabalhadores da saúde.

Os paramilitares entraram na casa de Asa'ad à força para levá-lo ao Centro de Segurança Preventiva na vila de Tarqumiyah, na província de Hebron. Asa'ad pediu uma ordem judicial, ou qualquer base legal para a prisão. Ele se recusou a se submeter ao mandado de prisão, temendo que eles pudessem ser membros de uma gangue criminosa. Eles começaram a espancá-lo e a insultá-lo, em seguida o arrastaram para um carro. Temendo pelo pai, os filhos de Asa'ad resistiram aos soldados e começaram a gritar, chorar e puxar Asa'ad das mãos deles. Um dos oficiais de segurança sacou sua arma e a disparou para assustá-los e mantê-los longe de seu pai.

O artigo nº 202 do Código Penal Jordânico nº 16 de 1960, que é aplicado na Cisjordânia, implica em uma punição que varia de um mês a um ano para "qualquer pessoa que se faça passar por funcionário do serviço público, seja civil ou militar. Isto também se aplica às ocasiões em que esse funcionário é designado para desempenhar uma função ou para estar presente em um lugar dentro da capacidade de seu cargo. Também abrange os casos em que uma pessoa finge ilegalmente ser um funcionário do serviço público, seja civil ou militar, e alega que tem o direito de desempenhar qualquer uma das funções ou estar presente em um lugar a fim de tomar qualquer ação em virtude de seu cargo. A punição será de três meses a dois anos de prisão se a pessoa cometer algum dos atos acima mencionados enquanto estiver trabalhando e usando um uniforme ou crachá pertencente aos funcionários".

Diala Ayash confirmou que a punição para um funcionário paramilitar ou de segurança que se faça passar por funcionário do governo em um papel diferente é mais severa do que a imposta a um funcionário civil. Isso porque o funcionário paramilitar e de segurança pode ser destituído de seu posto, se isso for feito, e se for provado em tribunais marciais.

Asa'ad chegou ao Centro de Segurança Preventiva ainda não sabendo o motivo de sua prisão. Eventualmente, um dos investigadores lhe disse que foi acusado de tentar espalhar o coronavírus, pois tinha feito orações às sextas-feiras em violação aos protocolos de emergência sanitária. Entretanto, durante a investigação, ficou claro que Asa'ad não tinha nada a ver com o mandado de fazer orações em uma das mesquitas do vilarejo, como a acusação alegava. Asa'ad tinha feito a primeira oração de sexta-feira com seus filhos em seu próprio quintal, depois que o estado de emergência foi declarado.

O Ministério Público é a única autoridade autorizada a prender pessoas e investigá-las, conforme a Lei de Procedimentos Criminais Nº 3 de 2001. Essa lei é consistente com a Lei Básica Palestina de 2003, emendada, da qual o artigo 11 estipula: "A liberdade é um direito natural que é garantido e intocável". Ninguém pode ser preso, revistado, encarcerado ou sua liberdade restringida de qualquer forma ou impedido de mover-se, exceto por ordem judicial, de acordo com as disposições da lei". O artigo 12 da Lei Básica estabelece: "Qualquer pessoa que seja presa ou detida deve ser informada das razões de sua prisão ou detenção. Além disso, ele deve ser informado rapidamente em uma linguagem que o faça compreender a acusação contra ele formulada. Ele também deve estar habilitado a contatar um advogado e ser levado a julgamento sem demora".

Asa'ad não foi levado ao tribunal, e foi preso por ordem do governador por três dias. Ayash afirma que as detenções administrativas por ordem do governador violam a Lei Básica palestina emendada, especialmente o artigo 32 da mesma. O Ministério Público é a única entidade que tem autoridade para apresentar acusações e é responsável pelo envio de arquivos ao tribunal

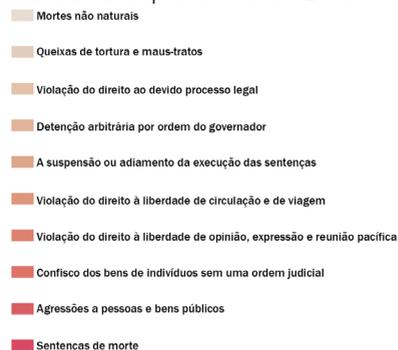
especializado, que por sua vez segue os procedimentos necessários para conduzir a prisão.

Concretamente, as detenções administrativas por ordem do governador decorrem da aplicação da autoridade administrativa que lhe concedeu medidas excepcionais. Na prática, elas lhe permitem tirar a liberdade pessoal do indivíduo para manter a segurança e a ordem pública, com base no texto da Lei de Prevenção ao Crime jordaniano nº 7 de 1954. Essa lei foi revogada pelo Tribunal de Justiça jordaniano. Ela também viola o artigo 119 da Lei Básica, afirmando que “revoga tudo o que entra em conflito com as disposições da Lei Básica emendada”. Além disso, entra em conflito com o artigo 11, que diz claramente que “a liberdade pessoal é um direito natural e só pode ser restringida por uma ordem judicial”.

Asa’ad ressaltou que as celas de detenção não são adequadas para a situação à luz da disseminação do Covid-19. Nenhuma medida de saúde é seguida, exceto no que diz respeito à verificação da temperatura. Os prisioneiros se misturam livremente entre si, o distanciamento social é impossível e o pessoal de segurança fala com eles sem o uso de máscaras.

O Escritório do Ombudsman do ICHR emitiu relatórios para os meses de janeiro a junho do ano passado. Ele classificou as violações em dez tipos, organizados por meses e o tipo de violação dividido entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza:

Dados da Comissão Independente de Direitos Humanos (ICHR)



## Ataque surpresa

No mesmo dia em que Asa’ad e seus filhos enfrentaram os serviços de segurança, o fazendeiro Samir Aasi estava enfrentando uma situação semelhante com seus filhos e sobrinhos. Eles passaram aquela sexta-feira à noite em suas terras em Beit Liqya, no distrito de Ramallah.

Samir, seus filhos e seu primeiro sobrinho estavam acampados em suas terras, com seu segundo sobrinho sentado em seu carro a vinte metros de distância. Samir e os que estavam na tenda com ele viram aproximadamente vinte pessoas em uniformes de estilo militar se aproximando do carro. Samir apressou-se para ver quem eram. “Não sabíamos se eram soldados do exército de ocupação israelense ou pessoal de segurança da Autoridade Palestina”, disse ele a esta investigação.

De longe, Samir viu que os oficiais de segurança pegaram seu sobrinho e o espancaram. Ele tentou se aproximar, mas os oficiais de reforço chegaram e dispararam contra ele.

Samir correu entre as oliveiras com seus filhos e seu outro sobrinho, com balas voando ao redor deles. “Se eu não tivesse um conhecimento preciso da área em que estávamos”, explicou ele, “não teríamos podido fugir”.

Sami, o filho mais velho de Samir, e seu sobrinho, que estava correndo com ele, foram atingidos por balas. Samir os escondeu dentro de um poço velho e o fechou enquanto se escondia em outro poço a vinte metros de distância enquanto tentava descobrir a identidade dos oficiais fardados.

“Eles começaram a nos procurar enquanto estávamos escondidos nos poços, e eu ouvi um deles dizer: ‘Matem qualquer um com roupas civis’”. De seu esconderijo, Samir reconheceu dois dos oficiais. “Fiquei surpreso por eles serem da minha aldeia e da mesma família, alguns dos quais trabalham na segurança e no Serviço de Segurança Preventiva”.

Após este incidente, foi realizada uma reunião com o município de Beit Liqya para discutir a situação. Em 3 de abril de 2020, a prefeitura publicou uma declaração denunciando o que havia acontecido. Samir e seu filho também apresentaram uma queixa ao promotor militar em Um Al-Sharayet, em Ramallah. Até hoje, ele não recebeu uma resposta.

Samir não esperava uma experiência tão terrível com sua família ao seu lado. “Alguns indivíduos que trabalham nos serviços de segurança aproveitaram o período de quarentena e a disseminação do coronavírus para usar a força contra os cidadãos, para acertar contas e para assuntos pessoais. Isso se tornou o trabalho de máfias e gangues, e não a aplicação da lei”.

Em 5 de março, o primeiro-ministro palestino, Muhammad Shtayyeh, confirmou em um chamado com o diretor-geral da ICHR que a declaração do estado de emergência é parte da luta contra o coronavírus. Ele lhe assegurou que o pleno respeito aos direitos humanos, às liberdades e à lei foram mantidos.

O direito internacional impõe compromissos à Palestina mesmo em tempos de emergência, uma vez que ela aderiu a uma ampla gama de convenções. O artigo 4 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos exige que o estado de emergência seja excepcional e de âmbito o mais restrito possível. As medidas de descumprimento das disposições de direitos humanos previstas no Pacto são de natureza excepcional e temporária.

## Prisões em massa

Às 18 horas de domingo, 19 de julho de 2020, os Serviços de Segurança Palestina prenderam dezenove jovens ativistas do “Movimento Palestino contra a Corrupção” durante um protesto em Ramallah sob o slogan “ Já chega”. O protesto foi “uma rejeição da corrupção e da deterioração das condições do país em meio à pandemia do coronavírus”. As prisões foram feitas sob a acusação de “reunião ilegal” e de “violação da lei de defesa”.

Os nomes das dezenove pessoas:

 Qassam Mahmoud Hamed Sha'abneh	 Ahmad Raihan Mohammad Shaheen
 Ashraf Rawhi Sa'adi Khalili	 Firas Kamel Yousef Beryosh
 Zuhair Fayez Mohammad Amsi	 Mohammad Fawzi Nasri Azzam
 Musa Abdulhalim Ahmad Qaisia	 Ali Hesham Ali Abudiab
 Fayez Mohammad Ismael Switii	 Amer Ezzilden Ismeal Hamdan
 Yousef Shaker Khalil Sawalhi	 Moayad Musa Abdulfattah Qetawi
 Ahmad Mustafa Talb Barghouti	 Khalid Ahmad Said Zagha
 Jihad Saber Mohammad Abdo	 Usama Jameel Mohammad Khalil
 Jameel Issa Abdulaziz Abu Kbash	 Mobtasem Hekmat Ramdan Shabah
 Mohammad Abduljawad Asa'ad Zebn	

O engenheiro Faiz Suwayti é o chefe da Associação Mão na Mão para um País Livre de Corrupção e é um ativista do movimento. Ele estava entre as pessoas presas naquele dia. Dez dias antes deste incidente, Faiz estava em uma prisão de inteligência na província de Hebron por publicações nas redes sociais acusando diretores do departamento de polícia de roubar veículos não licenciados. Ele entrou em greve de fome por três dias até que um acordo

fosse alcançado. Ele foi libertado no dia de seu julgamento com uma fiança de 100 dinares jordanianos, cinco dias após sua prisão.

De acordo com o Islã Al-Tamimi, as prisões foram por causa da expressão de opiniões, especialmente por blogueiros em suas páginas do Facebook. Ele diz que responsabilizá-los por suas palavras e suas opiniões é uma violação do seu direito à liberdade de expressão. Esta questão é especificada pela Lei Básica através dos artigos 19 e 26, o que significa que a prisão viola as leis palestinas, a Lei de Imprensa e Publicações, e a Lei das Sociedades Públicas. Al-Tamimi afirma que a ligação entre saúde, segurança e liberdades à segurança nacional é inapropriada. Tal ato restringe a liberdade de trabalho, a mídia, a liberdade de opinião e de expressão e de reunião pacífica.

Toda pessoa tem o direito de expressar sua opinião e de publicá-la através da fala, por escrito ou por qualquer outro meio de expressão ou arte, desde que a lei seja mantida. A liberdade de opinião não deve ser violada conforme o Artigo 19 da Lei Básica Palestina. Os itens 1 e 2 do artigo 26 afirmam o direito dos palestinos de participar da vida política como indivíduos e grupos. Em particular, eles têm o direito de formar partidos políticos, sindicatos, sociedades, federações, ligas, clubes e instituições populares, e de aderir a eles de acordo com a lei. O item 5 prevê a realização de reuniões privadas sem a presença da polícia, além da realização de reuniões públicas, procissões e reuniões dentro dos limites da lei.

Antes da chegada de Faiz à Rotunda Al-Manara em Ramallah, onde o protesto estava sendo realizado, a polícia prendeu uma série de jovens envolvidos no movimento. Ele foi levado para a agência de inteligência em Ramallah junto com seus colegas. No primeiro dia de sua prisão, eles entraram em greve de fome que durou nove dias; foram libertados sob fiança de 500 dinares jordanianos.

Muhammad Ayash é um membro do movimento. Ele disse à investigação que, “durante o período da pandemia, o governo palestino passa por uma espécie de confusão em suas decisões, o que tem prejudicado claramente o país”. Ele confirmou que os membros do movimento estavam e continuam

comprometidos com a quarentena e as diretrizes do governo, e que haviam tomado todas as medidas preventivas e aderido às leis de distanciamento social. O protesto, insistiu ele, não significava uma superlotação.



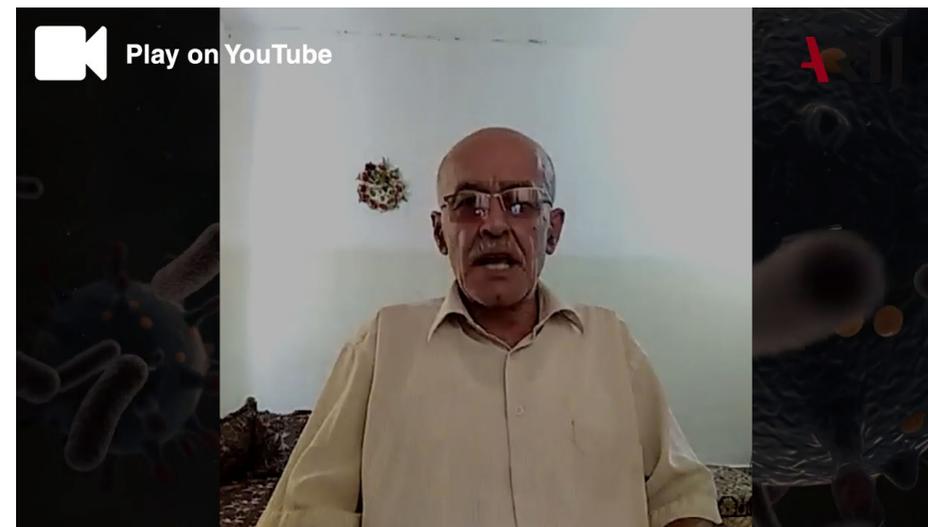
Muhammad Ayash: [https://www.youtube.com/watch?v=HVL\\_Yhe3RQY](https://www.youtube.com/watch?v=HVL_Yhe3RQY)

O advogado Diala Ayash descreveu a prisão dos ativistas como ilegal, já que a definição de “reunião ilegal” não se alinha com a acusação contra eles; ela depende de um crime específico ou motim fora da estrutura da lei. Ela apontou que ela estava no local do incidente, e os ativistas estavam comprometidos com todas as leis de emergência e procedimentos de saúde necessários.

Faiz revelou sua preocupação com a situação de saúde nas salas de detenção. “Os detentos estavam em cima uns dos outros. Éramos dez em uma sala que só podia acomodar quatro pessoas”. Ele mencionou um incidente que aconteceu durante a detenção que revelou a fraqueza dos procedimentos de exame do coronavírus. “Eles trouxeram um novo preso para nossa sala de detenção, e ele nos disse que tinha sintomas de covid-19. Os oficiais disseram que ele tinha suspeita de infecção e que não deveríamos nos aproximar dele. Após seis horas de muitos gritos contínuos, eles o isolaram de nós”.



Dalia Ayash: <https://www.youtube.com/watch?v=rMCybnkoWY>



Faiz Suwayti: <https://www.youtube.com/watch?v=hyeljy7-r-U>



Islam Al-Tamimi: <https://www.youtube.com/watch?v=AZvWGrLYKDU>

Em 16 de maio de 2020, foi publicada nas redes sociais uma entrevista do primeiro-ministro Muhammad Shtayyeh com o Conselho de Ministros. Ele comentou sobre o comunicado à imprensa do governo a respeito das medidas do coronavírus: “O estado de emergência existe como uma medida contra o coronavírus e não contra a liberdade de opinião e de expressão. Há uma diferença entre o ponto de vista e a calúnia”. Esta entrevista foi precedida de uma declaração em 21 de abril, em um briefing do governo, na qual ele havia declarado: “Quando não há parlamento, o povo deve exigir, e nós nos preocupamos em preservar uma cena detalhada. Declaramos estado de emergência, e não podemos infringir os direitos humanos ou as liberdades em nenhuma circunstância”.

Em setembro do ano passado, o primeiro Direito de Resposta foi enviado ao Ministério do Interior Palestino e ao Conselho de Ministros como parte de um relatório de investigação sobre a violação dos direitos do cidadão à luz do estado de emergência que foi declarado para enfrentar as ramificações da pandemia de covid-19. Nenhuma resposta foi recebida de nenhuma das partes.

---

Em dezembro do ano passado, e em cooperação com o escritório da Al-Araby Al-Jadeed em Ramallah, esta equipe de investigação enviou uma carta por correio registrado para o Ministério do Interior. Catorze dias depois, a jornalista Linda Maher, autora deste relatório, comunicou-se diretamente com o escritório de relações públicas do ministério, e a carta foi encaminhada à Unidade de Democracia e Direitos Humanos que deu a seguinte resposta: “A rede ARIJ não está registrada no Ministério do Interior, portanto, uma resposta oficial não pode ser emitida, e o jornalista deve entrar em contato diretamente com o primeiro-ministro e ministro do Interior Mohammad Shtayyeh”.

Quanto ao Ministério da Justiça, ele também não respondeu, sob o pretexto de estar preparando um relatório relacionado a este assunto e o colocaria à disposição da mídia. Esse relatório ainda não foi publicado. Mais tarde, o ministério solicitou que o autor deste relatório entrasse em contato diretamente com o Ministério Público, devido à sua própria falta de jurisdição nesta matéria.

# MEMO

---

## MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

 [monitordoorient.com](http://monitordoorient.com)

 [/monitordoorient](https://www.facebook.com/monitordoorient)

 [/monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)